

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARIA CAROLINA OLIVEIRA MARTINS

**A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO:
APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Juiz de Fora

2026

MARIA CAROLINA OLIVEIRA MARTINS

**A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO:
APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**

Projeto de Pesquisa apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, como requisito parcial à obtenção do curso em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientador: Bruno Bruziguessi Bueno

Juiz de Fora

2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Oliveira Martins, Maria Carolina .

A apropriação capitalista do espaço urbano : apontamentos sobre o processo de segregação socioespacial / Maria Carolina Oliveira Martins. -- 2026.

53 p.

Orientadora: Bruno Bruziguessi Bueno

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social, 2026.

1. Espaço urbano. 2. Segregação socioespacial. 3. Periferização. 4. Gentrificação. 5. Favelização. I. Bruziguessi Bueno, Bruno, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Discente	Maria Carolina Oliveira Martins
Matrícula Discente	202068008
Título do TCC	A APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO URBANO: APONTAMENTOS SOBRE O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL
Natureza do trabalho	Trabalho de Conclusão de Curso
Curso	Serviço Social
Orientador(a)	Bruno Bruziguessi Bueno
Coorientador (se houver)	
Data da aprovação	28/01/2026
Nome, titulação dos(as) componentes da banca	Dr. Ronaldo Vielmi Fortes Dra. Elizete Maria Menegat

Aprovo a versão final do Trabalho de Conclusão de Curso do(a) discente acima designado(a).

Juiz de Fora, 22 de janeiro de 2026.

Assinatura digital do Orientador(a)



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bruziguessi Bueno, Professor(a)**, em 28/01/2026, às 21:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2837378** e o código CRC **09445F7C**.

Para fazer jus ao título de bacharel, a versão final do Trabalho de Conclusão de curso, considerado Aprovado, devidamente conferida pela Secretaria do Curso de Serviço Social, deverá ser tramitada para o Repositório Institucional, dentro do prazo de 72 horas da realização da banca.

Juiz de Fora, 22 de janeiro de 2026.

Assinatura digital dos membros da Banca Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Bruziguessi Bueno, Professor(a)**, em 28/01/2026, às 21:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Vielmi Fortes, Professor(a)**, em 29/01/2026, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elizete Maria Menegat, Professor(a)**, em 29/01/2026, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Carolina Oliveira Martins, Usuário Externo**, em 04/02/2026, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2837373** e o código CRC **8572AE16**.

AGRADECIMENTOS

Com a finalização deste trabalho, que representa a conclusão da importante jornada para a realização do sonho de me tornar assistente social, gostaria de expressar meus mais sinceros agradecimentos às pessoas que me deram apoio, compreensão e carinho durante o processo, sendo para mim a força e a confiança, que por vezes me faltaram. Eu não conseguiria sem vocês.

Agradeço aos meus pais, Vitorino e Débora, por sempre confiarem no meu potencial em terminar este trabalho, apesar das dificuldades que enfrentei no percurso, e por terem me ensinado a ser uma mulher persistente e determinada. Vocês me criaram forte. Obrigada em especial por todo o suporte e acolhimento na reta final. A conclusão se deve a vocês.

À minha grande amiga Júlia Carneiro, minha irmã de alma, e minha fonte inesgotável de companheirismo, motivação e carinho, um combo que me trouxe a paz e a confirmação de que tudo iria dar certo. Obrigada por sempre escutar e acolher meus sentimentos, tirando minha sensação de atraso.

Ao Assuero Menezes, que me acompanhou durante todo o processo e compartilhou comigo cada momento de alívio por finalizar uma determinada etapa ou frustração por ter dificuldade em outras, me acolhendo sempre com uma imensa paciência e todo o amor do mundo. A sua jornada de trabalho, correspondia à minha jornada de escrita, e estarmos unidos compartilhando o ambiente foi o que me deu muitas vezes a motivação necessária pra não desistir.

Ao meu orientador Bruno Bruziguessi um imenso agradecimento por entender minhas dificuldades, ansiedades e percalços no caminho. A sua paciência, tranquilidade e confiança foram muito importantes para mim. Obrigada por me trazer paz ao invés de tensão, e compreensão ao invés de cobrança.

Agradeço ainda aos professores Ronaldo Vielmi e Elizete Menegat pela disposição em me acompanhar na finalização dessa jornada ao compor a banca examinadora, contribuindo com suas considerações.

RESUMO

O presente estudo objetiva compreender como o modo de produção capitalista, por meio da apropriação do espaço urbano, produz fenômenos de segregação socioespacial. A metodologia utilizada foi de um estudo teórico, baseado em autores da tradição marxista, buscando analisar os fenômenos de periferação, favelização e gentrificação como manifestações do processo de segregação socioespacial contemporâneo. Primeiramente buscou-se resgatar a constituição histórica das bases da sociabilidade capitalista e a complexificação da divisão social do trabalho a partir da chamada “acumulação primitiva”, assim como a instauração das classes sociais tipicamente capitalistas. Posteriormente, foram discutidos os impactos na apropriação do espaço urbano articulado à industrialização e o consequente acirramento da segregação social. Por fim, buscou-se compreender os impactos sobre as classes sociais considerando os fenômenos de periferação, gentrificação e favelização como expressões contemporâneas da segregação socioespacial. Assim podemos indicar que a segregação socioespacial, manifestada em suas expressões, configura-se como um processo no qual o Estado, longe de atuar de forma neutra, desempenha papel central ao direcionar investimentos e políticas públicas de maneira desigual, contribuindo para a reprodução das desigualdades urbanas e sociais. Conclui-se que no capitalismo contemporâneo esses fenômenos tendem a se aprofundar, reforçando desigualdades e hierarquias espaciais.

Palavras-chave: espaço urbano, segregação socioespacial; periferação; gentrificação; favelização.

ABSTRACT

This study seeks to understand how the capitalist mode of production, through the appropriation of urban space, generates phenomena of socio-spatial segregation. The methodology adopted consists of a theoretical study grounded in authors from the marxist tradition, aiming to analyze the processes of peripheralization, favelization, and gentrification as manifestations of contemporary socio-spatial segregation. Initially, the study revisits the historical formation of the foundations of capitalist sociability and the increasing complexity of the social division of labor stemming from so-called “primitive accumulation,” as well as the establishment of social classes characteristic of capitalism. Subsequently, the impacts of industrialization on the appropriation of urban space and the resulting intensification of social segregation are discussed. Finally, the study seeks to understand the impacts on social classes by considering the phenomena of peripheralization, gentrification, and favelization as contemporary expressions of socio-spatial segregation. Thus, it can be argued that socio-spatial segregation, as manifested in its various expressions, constitutes a process in which the State, far from acting in a neutral manner, plays a central role by directing investments and public policies unevenly, thereby contributing to the reproduction of urban and social inequalities. It is concluded that, in contemporary capitalism, these phenomena tend to intensify, reinforcing inequalities and spatial hierarchies.

Keywords: urban space; socio-spatial segregation; peripheralization; gentrification; favelization.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	13
2.1	O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITAIS.....	14
2.2	INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO.....	21
3	A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO.....	28
3.1	O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	29
3.2	PERIFERIZAÇÃO.....	34
3.3	GENTRIFICAÇÃO.....	40
3.4	FAVELIZAÇÃO.....	44
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Durante minha primeira graduação, feita em Nutrição pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), fui bolsista de iniciação científica em um projeto que avaliou a frequência de insegurança alimentar, o estado nutricional e o consumo alimentar de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, estando ligada a Unidade Básica de Saúde do bairro Santos Dumont, em Juiz de Fora, e aos usuários referenciados. Foram realizadas visitas domiciliares para aplicação de questionários, medição de altura e pesagem infantil, o que me permitiu conhecer de perto o bairro e a realidade de algumas famílias do local, ouvindo pessoalmente sobre a falta de acesso à saúde pela população e sucateamento de programas e serviços. Tal experiência me aproximou da certeza de que queria cursar Serviço Social.

Posteriormente, dei prosseguimento a essa pesquisa em meu Trabalho de Conclusão de curso (TCC), o que me permitiu agregar um aprofundamento teórico à experiência prática, consolidando o entendimento do impacto que a desigualdade social possui nas condições de saúde da população e sua relação com as condições de vida e trabalho. Tal experiência intensificou o meu já presente interesse por assuntos relacionados a dinâmica e processos vivenciados pela população residente em bairros periféricos, que convivem com o descaso do poder estatal, ente que possui responsabilidade sobre esses moradores e deveria intervir em situações de violação de direitos.

Ao entrar no curso de Serviço Social tive contato pela primeira vez com autores e conceitos que me permitiram compreender melhor meus questionamentos, estudando sobre o atual funcionamento da sociedade e o processo histórico e social violento em que se consistiu a ascensão capitalista, baseada em subjugação do trabalhador, apropriação de terras e em extrema violência. Assim, compreendi que meu verdadeiro campo de interesse profissional perpassa sobre a “questão social” e suas expressões, os problemas gerados pela exploração da sociedade capitalista devido ao antagonismo entre a classe detentora dos meios de produção e a que depende da venda de sua força de trabalho.

Um assunto que sempre teve minha atenção relaciona-se a questão habitacional e a falta de acesso a serviços nos bairros periféricos, a segregação socioespacial, o processo de gentrificação, a violência em comunidades e o impacto

dessas diversas variáveis na vida dos moradores, sua saúde mental e nas perspectivas de vida de crianças e jovens.

Como Agente Censitária Supervisora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fui designada para supervisionar a coleta de dados do Censo Demográfico de 2022 no bairro Dom Bosco, tendo, durante o tempo de trabalho, conhecido profundamente todo o bairro, sua geografia e seus moradores. Inicialmente, através da investigação de elementos de infraestrutura do bairro, já se podia notar o abandono do poder público até mesmo na via principal, em parte da rua Monsenhor Gustavo Freire, mas ainda mais profundamente no interior do bairro. Corroborando com minhas inquietações, havia a experiência de coordenar a coleta também em parte do bairro São Mateus, que faz divisa com o Dom Bosco e contém moradores com condições socioeconômicas bem díspares. Além disso, observei as construções do entorno, como o edifício de luxo Saint Pietro, o hospital particular Monte Sinai, o Independência Shopping, a própria UFJF e o Trade Hotel, o que revela a segregação socioespacial vivenciada pelos moradores do bairro Dom Bosco.

Devido à falta de recenseadores, por problemas que surgiram no decorrer da realização do Censo Demográfico, realizei pessoalmente, com a ajuda de outro servidor, a coleta dos questionários em praticamente todo o bairro, o que me fez aproximar muito dos problemas da comunidade e dos moradores, escutando todos os dias suas histórias, angústias, reclamações em relação a problemas de acesso e infraestrutura.

Na grande maioria das casas fomos muito bem recebidos e a população se mostrava aberta de modo que esse contato direto e diário com o bairro durante nove meses me fez criar um carinho muito grande pelo local e seus moradores, acendendo ainda mais meu interesse em compreender a forma com que os diferentes atores sociais influenciam na conformação daquele espaço, assim como a correlação de forças que se passa entre a resistência da população da comunidade e os impasses encontrados para a garantia de dignidade e acesso a direitos básicos no local.

Diante do exposto, justifico meu tema para além de um interesse pessoal pelo assunto, como uma tentativa de contribuir para o reconhecimento de processos que se relacionam com a conformação espacial de bairros como o Dom Bosco e atualizar os debates já existentes.

O presente estudo tem o objetivo de compreender como a apropriação capitalista do espaço urbano produz a segregação socioespacial. Observa-se o

agravamento de tal segregação social a partir do século XX, o que levou ao estudo de fenômenos sociais urbanos relacionados com essa apropriação, tais como a periferização, favelização e gentrificação. A metodologia utilizada foi de um estudo teórico, baseado em autores da tradição marxista, buscando analisar tais fenômenos como manifestações do processo de segregação socioespacial contemporâneo.

Para isso, primeiramente buscou-se resgatar, no capítulo 1, a constituição histórica das bases da sociabilidade capitalista e a complexificação da divisão social do trabalho a partir da chamada “acumulação primitiva”, assim como a instauração das classes sociais tipicamente capitalistas, proletariado e burguesia. Será abordado ainda o processo de formação da indústria e as modificações sofridas pelas cidades para serem integradas na lógica mercantil, passando pelo fenômeno de expansão do tecido urbano e processo de implosão-explosão da cidade.

Posteriormente, no capítulo 2, serão discutidas as modificações estratégicas do modo de produção capitalista ao fim do século XIX, assim como sua reestruturação ao fim do século XX, o impacto na apropriação do espaço urbano e o consequente acirramento da segregação social. Busca-se compreender os fenômenos contemporâneos de apropriação capitalista do espaço e o papel do Estado, bem como seus impactos sobre as classes sociais, a partir da análise de expressões como a periferização, a gentrificação e a favelização.

2 MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A riqueza das nações onde impera o modo de produção capitalista é constituída através do acúmulo de mercadorias (Netto; Braz, 2006, p. 78). A mercadoria é um produto do trabalho humano, satisfaz certa necessidade e, portanto, tem valor de uso, porém, por ser produzida objetivando a troca/venda, o seu valor de uso está sempre vinculado ao seu valor de troca.

Netto e Braz (2006, p. 80) afirmam que “para que haja produção de mercadorias, duas condições são absolutamente necessárias”: a presença de divisão social do trabalho, mesmo que em sua forma embrionária, repartindo o trabalho entre grupos de trabalhadores; e a propriedade privada dos meios de produção, o que garante que o produto do trabalho não pertença à coletividade, mas a um dono que pode vendê-lo. Entretanto, conforme Netto (2006, p. 84), “embora toda produção capitalista seja produção mercantil”, esse modo de produção não pode ser caracterizado apenas pela produção e circulação de mercadorias, pois “nem toda produção mercantil é produção capitalista”, sendo seu traço fundamental a dependência do trabalho assalariado.

Segundo Barros e Guimarães (2019, p. 105), o espaço é um produto decorrente da relação entre o ser humano e a natureza, portanto, como os seres humanos se estabelecem em sociedade, a conformação de tal espaço irá transparecer os processos sociais que envolvem o desenvolvimento da atividade humana, incluindo a estrutura social de cada período histórico. Com isso, como afirma Corrêa (1995, p. 8), apesar de também conter marcas de modos de produção anteriores, sendo a conformação espacial um dos aspectos da atual sociedade, sua organização em uma sociedade capitalista irá expressar as relações sociais fundamentadas no antagonismo entre as classes sociais típicas deste modo de produção, burguesia e classe trabalhadora.

A inata necessidade expansiva do capitalismo o leva a uma forte conexão com o aspecto espacial, já que é no espaço “onde estão concentrados todos os recursos explorados pelo capital para acumular, como são exemplares a força de trabalho e o próprio meio ambiente” (Barros; Guimarães, 2019, p. 103). Assim, em busca de reproduzir e potencializar a acumulação do capital, o modo de produção precisa se expandir espacialmente, o que impulsionou a burguesia a conquistar um mercado

mundial e a mercantilizar o próprio espaço e elementos nele contidos, de modo que até elementos naturais, como a terra, se tornaram mercadoria (Barros; Guimarães, 2019, p. 105).

Da mesma forma, o campo e a cidade são também mercantilizados e submetidos a essa lógica, sofrendo adaptações ao longo do tempo para viabilizar o ciclo de “produção, circulação, distribuição e troca” do capital (Barros; Guimarães, 2019, p. 105). O sistema capitalista gera profundas transformações espaciais ao longo da história para atender às suas necessidades, utilizando-se da destruição, criação e remanejo de relações sociais existentes para se reestruturar e conseguir sustentar a expansão e acumulação diante de crises, o que intensifica as contradições e desigualdades em que se sustenta (Barros; Guimarães, 2019, p. 103).

Barros e Guimarães (2019) dissertam sobre a profunda imbricação entre a questão agrária e a questão urbana, de forma que as expressões da questão social¹, tanto no campo quanto na cidade, resguardando-se suas particularidades, são indissociáveis e fazem parte da dinâmica de reprodução das relações sociais que perpetuam o capitalismo. Embora a produção espacial seja permeada pela alienação inerente a esse sistema – o que encobre e mistifica o fato desta ser socialmente criada a partir da atividade humana - o próprio desenvolvimento capitalista revela os antagonismos que a permeiam (Barros; Guimarães, 2019, p. 105).

Desta forma, este primeiro capítulo busca compreender a constituição histórica das bases da sociabilidade capitalista e da complexificação da divisão social do trabalho, partindo do processo de acumulação primitiva de capitais, momento em que há a separação entre proprietários dos meios de produção e aqueles que detêm somente sua força de trabalho e precisam vendê-la, marcado pela expropriação dos camponeses de sua terra. Será abordado ainda o processo de industrialização e as modificações sofridas pelas cidades para serem integradas na lógica mercantil, passando pelo fenômeno de expansão do tecido urbano.

2.1 O PROCESSO DE ACUMULAÇÃO PRIMITIVA DE CAPITALIS

¹ Refere-se, de acordo com Iamamoto (2000, p. 27), ao “conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”

Segundo Lefebvre (2008, p.36), “a separação entre a cidade e o campo toma lugar entre as primeiras e fundamentais divisões do trabalho”, junto com a divisão biológica (por sexo e idade) e a divisão técnica (por instrumentos e habilidades). A repartição do trabalho tem seu surgimento vinculado ao crescimento da capacidade produtiva em uma sociedade, sendo as funções e tarefas entre seus membros divididas para aumentar a eficiência da produção (Netto; Braz, 2006, p. 59).

Marx e Engels (2007, p. 36) afirmam que “com a divisão do trabalho, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; portanto, está dada a propriedade”. Entretanto, a oposição entre o campo e a cidade está fundamentada no surgimento de um capital que se torna independente da propriedade da terra, inaugurando “uma propriedade que tem como base apenas o trabalho e a troca” (Marx; Engels, 2007, p. 52). A diferença entre um capital que se desenvolve ligado à propriedade da terra daquele que se desenvolve independente dela pode ser visto da seguinte forma:

O primeiro caso pressupõe que os indivíduos estão unidos por um laço qualquer, seja ele a família, a tribo, o próprio solo etc.; o segundo caso pressupõe que os indivíduos são independentes uns dos outros e se conservam unidos apenas por meio da troca. No primeiro caso, a troca é fundamentalmente entre os homens e a natureza, uma troca na qual o trabalho daqueles é trocado pelos produtos desta última; no segundo caso, é predominantemente uma troca dos homens entre si (Marx; Engels, 2007, p. 51).

Através da divisão social do trabalho, “que avança tanto mais rapidamente quanto mais os bens produzidos destinam-se à troca”, avança também a especialização dos trabalhadores em determinada atividade (Netto; Braz, 2006, p. 59). De acordo com Marx e Engels (2007, p. 37-38), “logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar”, estando os indivíduos condicionados a uma “potência estranha”, não voluntária, que “percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir”.

Isso implica em impor aos sujeitos do campo e da cidade “funções” diferentes na dinâmica societária e, ao mesmo tempo, significados ideológicos distintos, sendo esta “uma subsunção que transforma uns em limitados animais urbanos, outros em limitados animais rurais” e onde o trabalho é “o poder sobre os indivíduos” (Marx;

Engels, 2007, p. 52), assim a oposição entre campo e cidade tem como condição de existência a propriedade privada dos meios de produção.

Promove-se “pela primeira vez a divisão da população em duas grandes classes, que se baseiam diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção” (Marx; Engels, 2007, p. 52), havendo ruptura entre o trabalho material e o intelectual, “e, por conseguinte, entre o natural e o espiritual” (Lefebvre, 2008, p. 36). Ao campo, é incumbido o trabalho manual das atividades agrícolas, a prática, enquanto a cidade abriga forças intelectuais. O primeiro representaria a “barbárie”, o isolamento e a solidão, em oposição ao sentido de nação do segundo, com uma organização comunitária e política que concentra população, conhecimento teórico, instrumentos de produção e capital (Marx; Engels, 2007, p. 52).

Esse processo inicia-se com a ocorrência no campo da dissolução dos séquitos feudais (Marx; Engels, 2007, p. 56). A expropriação de terras camponesas foi o primeiro passo para uma série de eventos que culminaram na formação das classes sociais típicas da sociedade capitalista: o trabalhador livre e o capitalista industrial (Marx, 2013, p. 517). Embora o impulso para o desenvolvimento do capitalismo seja apontado pelos “historiadores burgueses” como a libertação dos trabalhadores da estrutura feudal e de suas amarras servis e corporativas, o que ocorreu foi uma transformação das bases da exploração (Marx, 2013, p. 515).

Marx (2013) aponta que as bases da sociabilidade capitalista envolveram uma concentração dos meios de subsistência e esse processo não foi idílico ou nobre, como pensavam os intelectuais da economia política clássica, mas marcado pela submissão do trabalhador, roubo de terras comunais e estatais e pela extrema violência. Para a criação e reprodução do capitalismo foi necessário um cenário polarizado onde houvesse, segundo Marx (2013, p. 515), “duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias”: uma que detém dinheiro e o controle dos meios de produção e outra que sem acesso aos meios de subsistência precisa transformar sua força de trabalho em mercadoria, vendendo-a para o primeiro. Esse antagonismo que se instaura é a base do sistema capitalista e permite a reprodução do capital, sendo nisso em que consiste a acumulação primitiva para Marx (2013, p. 515).

A Inglaterra é tomada como referência por ser o país onde a expropriação ocorreu de forma clássica. Tendo como base o processo de dissolução dos feudos na Inglaterra, no fim do século XV, observa-se a criação de um cenário onde, em

oposição ao ideário feudal, que determinava o poder do soberano pela grande divisão de terras e quantidade de vassalos, os setores dominantes em ascensão começam a almejar a transformação das terras cultivadas em pastagem de ovelhas devido a emergência da manufatura flamenga de lã, o que motivou a destruição de casas rurais e a intensa expulsão de camponeses das terras comunais (Marx, 2013, p. 517).

As pastagens exigiam menos trabalhadores que as lavouras, gerando uma grande massa empobrecida e sucateamento das cidades de tal forma que até mesmo o rei e o parlamento tentaram restringir tal ação dos senhores, mas sem sucesso contra o impulso do novo sistema que precisava eliminar o produtor independente. A usurpação de domínios estatais aumentou absurdamente após os capitalistas e latifundiários assumirem o poder, com a Revolução Gloriosa², quando a terra foi redistribuída através de roubo, presenteada ou vendida a preços baixos, somando-se as terras confiscadas da Igreja Católica durante a Reforma Protestante³, muitas destas ocupadas por camponeses pobres. As múltiplas frações burguesas emergentes – fundiária, bancária e comercial - encontravam-se com seus interesses alinhados e atuando em sua defesa (Marx, 2013, p. 520).

Diferente da ocupação de terras comunais durante os séculos XV e XVI, em que houve tentativa de restrição pela legislação por 150 anos, durante o século XVIII a expropriação dos camponeses ocorreu principalmente apoiada pela própria lei, com estratégias como o cercamento dos campos e do clareamento rural⁴. Assim, os proprietários fundiários que substituíram os senhores feudais promoveram uma expropriação legal e acumularam capital quase sem gastos, angariando grandes frações de terra, concentradas na mão de poucos, que foram convertidas em pastagem para o gado, o que também fornecia o adubo necessário para cultivar. Concomitantemente, ocorria ainda o desenvolvimento de melhores métodos de cultivo, permitindo uma produção em potencial e, dessa forma, “em que pese o

² Foi o último momento de uma série de eventos do que ficou conhecido, no século XVII, como Revolução Inglesa, uma das primeiras revoluções burguesas da Europa, ocorrida quase um século antes da Revolução Francesa.

³ Segundo Netto e Braz (2006, p. 75) “a Reforma, na segunda década do século XVI, foi o primeiro grande ataque político ao sustentáculo do regime feudal, a Igreja”, grande proprietária feudal. Embora tenha adquirido um disfarce religioso, sua essência relaciona-se ao embate entre a nova classe média e a estrutura feudal.

⁴ Com o clareamento das propriedades rurais buscava-se, após a expulsão de camponeses independentes, “limpar” as terras de moradores e habitações rurais, as chamadas *cottages*, sendo visto como “necessidade agrícola” para o progresso (Marx, 2013, p. 522).

número reduzido de seus cultivadores, o solo continuava a render tanta produção quanto antes, ou ainda mais [...]” (Marx, 2013, p. 530).

A expropriação camponesa teve como resultado a afluência de camponeses “livres” para as cidades, assim como de pequenos arrendatários, inchando as cidades, gerando proletários para a indústria e criando pauperizados. A recém-criada força de trabalho para o capital, além de precisar adaptar-se ao novo sistema, não é empregada tão rapidamente pela manufatura emergente, transformando-se, segundo Marx (2013, p. 524) “massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos [...]”. Portanto, para tentar coibir a população, todo o processo de expropriação está associado ainda a uma dura legislação, iniciada no final do século XV e intensificada ao longo dos anos, contra essa denominada “vagabundagem”.

As leis adotadas eram permeadas por violência massiva, com a presença de encarceramentos, escravização, execuções, açoitamentos públicos, corte de membros e marcações corporais para os considerados vagabundos ou mendigos em “idade ativa”. Tais “castigos” permaneceram vigentes até o século XVIII, mas embora ainda utilizada, a violência direta transformou-se em coerção muda, possibilitada por um processo de alienação, já que no decorrer dos séculos “naturalmente perdeu-se até mesmo a lembrança do nexo entre o lavrador e a propriedade comunal” (Marx, 2013, p. 522).

Marx e Engels (2007, p. 54) discorrem sobre o processo de intensificação da divisão do trabalho nas cidades ao longo da história, e as modificações nas relações de trabalho. Inicialmente, tal divisão estava limitada à sua forma embrionária devido a pequena população e, conseqüentemente, poucas necessidades, com reduzidas trocas comerciais e poucas transações entre as cidades. No interior das corporações de ofício, a divisão do trabalho era inexistente, pois os trabalhadores eram ensinados a realizar todas as etapas do processo produtivo, sendo este um requisito para se tornar mestre. Tais corporações eram regidas por leis restritivas que impediam aos mestres artesãos tornarem-se capitalistas - por limitar a posse de recursos a um nível medieval - e aos mercadores transformar o trabalho em mercadoria, limitando-o a distribuição dos produtos artesanais (Marx, 2013, p. 297).

Dessa forma, as organizações corporativas, agindo como um conjunto orgânico, segundo Lefebvre (2008, p. 14), limitavam a liberdade do comércio e se tornaram obstáculo para uma produção baseada na “exploração do homem pelo homem” (Marx, 2013, p. 515), na medida em que “o trabalhador e seus meios de

produção permaneciam colados um ao outro como o caracol e sua concha” (Marx, 2013, p. 298). A independência criada pelo comércio em relação a produção viabilizou a expansão da divisão do trabalho, pois criou uma classe especial focada em comercializar, atividade antes realizada pelo próprio artesão (Marx; Engels, 2007, p. 54).

Assim, surgiu a possibilidade de ampliação das rotas comerciais e rompimento das fronteiras da cidade, embora isso dependesse do desenvolvimento dos meios de comunicação, da segurança pública, das relações políticas e, em geral, pela condição cultural do local. As cidades gradualmente constituíram intercâmbios entre si, permitindo uma troca de ferramentas e insumos que culminou em nova divisão do trabalho, onde cada uma passou a se especializar em determinada esfera produtiva. Marx e Engels (2007, p. 55) afirmam que, tendo como fundo a interação entre mercados internos ou estrangeiros, “a divisão do trabalho entre as diferentes cidades teve como consequência imediata o nascimento das manufaturas”.

Houve também modificações no sentido de propriedade, que inicialmente, nas cidades sem uma relação comercial desenvolvida, eram baseadas em herança familiar, constituindo, portanto, um capital natural irrealizável que os autores chamaram de “capital estamental” (Marx; Engels, 2007, p. 54). Com o desenvolvimento do comércio, surgiram mercadores que movimentavam esse capital, cada vez de forma mais rápida, impulsionando-o para uma definição moderna, tendência que se acentuou conforme a expansão das manufaturas, já que elas além de mobilizar capital natural, aumentavam a proporção de capital móvel.

O comércio e a manufatura criaram a grande burguesia, enquanto nas corporações concentrava-se a pequena burguesia, que então já não dominava mais nas cidades como antes, mas tinha de se curvar ao domínio dos grandes comerciantes e manufatureiros (Marx; Engels, 2007, p. 57).

A manufatura exerceu importante influência na transformação das relações de trabalho, que, antes guiadas pelo patriarcalismo dos mestres para com seus aprendizes presente nas corporações, foram substituídas pela “relação monetária entre trabalhador e capitalista” (Marx; Engels, 2007, p. 57). Dessa forma, a dependência do sistema incutida ao trabalhador, que não tem outra alternativa senão o trabalho assalariado, permite a predominância de uma violência econômica, sendo necessário apenas confiar nas “leis naturais da produção”. Desenvolver a “educação, a tradição e o hábito” (Marx, 2013, p. 526) é essencial para a prosperidade do capital,

pois permite que os trabalhadores se habituem a vender sua força de trabalho de tal forma, que passem a sentir esse processo como natural e tenham a visão de que o trabalho sempre teve essa conformação, evitando-se riscos ao mecanismo de reprodução capitalista.

O trabalho, portanto, se desprende das relações pessoais e passa a ser mediado por um salário pago pelo capitalista e equivalente ao valor suficiente apenas para a reprodução do trabalhador (Netto; Braz, 2006, p. 100), que necessita da venda de sua força de trabalho para comprar todos os produtos que antes produzia para subsistência e foram convertidos em artigos de manufatura, ou seja, em mercadoria (Marx, 2013, p. 531). A alimentação, o vestuário e a habitação estão entre os bens que atendem a necessidades fisiológicas humanas (Netto; Braz, 2006, p. 100) e que são progressivamente subordinados a tal relação capitalista deixando de ser somente um suporte da vida social para transformar-se em meio e produto da reprodução do capital. A cidade passa a ser o espaço onde se concentram as condições materiais necessárias à reprodução da classe trabalhadora e de organização da produção, circulação e consumo de mercadorias, submetida à lógica de reprodução capitalista.

Guiada por um impulso irreversível de expansão comercial rumo a um circuito que permita maior mobilidade do dinheiro e redes de transferências, a burguesia comercial e bancária busca transformar a cidade em mercadoria, ou seja, em valor de troca, confrontando-se com a ideia presente nas cidades medievais de priorização do valor de uso das construções urbanas. Estas se constituíam como espaços que centralizavam e acumulavam, para além de riqueza monetária, “conhecimentos, técnicas e obras”, sendo “centros da vida social e política” e considerada uma obra por seus habitantes. Portanto, tendo em seu valor de uso a utilidade principal, as cidades medievais e seus elementos, como ruas, praças e monumentos, são alvo de consumos e investimentos improdutivos das grandes riquezas centralizadas pelos grupos que as dominam, em busca de prazer e prestígio (Lefebvre, 2008, p. 12).

De acordo com Lefebvre (2008, p. 13), neste momento os conflitos de classe que envolviam a vida política da cidade, devido aos contrastes socioeconômicos e ao sistema violento de opressão vigente, torna-se uma força que corrobora com as manifestações de apreço público pela cidade na medida em que, com receio de perder poder e riqueza e diante da necessidade de mediar e justificar os abusos da dominação, os poderosos impulsionam o investimento na “beleza da obra” e “justificam seu privilégio diante da comunidade gastando suntuosamente suas

fortunas: edifícios, fundações, palácios, embelezamentos, festas”. Tal nexos é perdido quando há substituição da coerção física pela “coerção muda” do sistema de exploração capitalista, não sendo necessário o empenho para a realização de obras que engrandecem o valor de uso urbano, mas sim a produção de mercadorias.

2.2 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

De acordo com Marx (2013, p. 532), a origem dos capitalistas industriais não foi um processo longo como do arrendatário capitalista, pois as demandas do novo mercado nascido com as navegações e a expansão marítima e comercial europeia demandavam condições diversas que impulsionassem o processo já existente, porém limitado pelas ainda presentes vinculações com o feudalismo. Para que o capitalismo se consolidasse como modo de produção era necessário um processo mais amplo de transformação social do que aquele que estava ocorrendo no espaço agrário, possibilitando que a massa de dinheiro acumulado por um capital monetário, nos termos de Marx (2013), constituído pelo capital usurário e o capital comercial, fosse transformado em capital industrial.

Lefebvre (2008, p. 13) discorre sobre o complexo cenário encontrado pela burguesia empresarial emergente. No campo, a produção agrícola perde seu protagonismo e agrava-se a apropriação das terras por capitalistas urbanos. Formam-se redes de cidades que, por meio de estradas e hidrovias, conseguem manter vínculos comerciais e bancários, embora não desenvolvam uma divisão técnica e sociopolítica do trabalho devido a instauração de um Estado centralizado, havendo predominância da capital sobre as demais cidades. O sistema urbano constitui-se em meio a contraditória tentativa de acumulação do capital e sua queima exacerbada e improdutiva, comportando-se ainda como sistema fechado em si através da conservação de traços feudais com as organizações corporativas (Lefebvre, 2008, p. 14).

Dessa forma, em busca de recursos suficientes para abastecer a formação da indústria e de eliminar por completo as estruturas feudais, foram adotados diversos métodos marcados pela ação violenta do Estado, que inauguraram “momentos fundamentais da acumulação primitiva” (Marx, 2013 p. 533). O ímpeto expansionista levou as nações europeias a romperem as fronteiras nacionais e a conquistarem o mercado mundial, gerando disputas entre os países pela captação de novos mercados e recursos materiais. Marx e Engels (2007, p. 57) afirmam que esse processo

impulsionou a manufatura de tal modo que o comércio adquiriu significado político, intensificando-se a luta comercial “travada por meio de guerras, barreiras alfandegárias e proibições” e despertando “animosidade” entre as nações, que antes “mantinham entre si trocas inofensivas”.

Através do sistema colonial houve o empenho em destruir formações sociais diversas, convertendo-as em sociedades capitalistas ou em contribuintes de sua consolidação através da dizimação, subjugação e escravização de povos, com uso de violência extrema. Marx (2013, p. 533) descreve as atrocidades cometidas pelas metrópoles, citando os abusos comerciais cometidos pela Companhia Inglesa das Índias Orientais, que permitiram seu monopólio e domínio político na região, a lucrativa escravização de pessoas na África e na Indonésia, que alimentaram o crescimento das cidades europeias, o extermínio de nativos nas minas e plantações de colônias na América e os cruéis estabelecimentos de prêmios para captura e escalpo indígena. Como afirma Marx (2013, p. 533), “a violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica”.

A ampliação comercial decorrente desses processos gerou a circulação em tamanha abundância de ouro e prata que “a posição das classes umas em relação às outras” foi transformada por completo, sendo este “um duro golpe na propriedade feudal da terra e nos trabalhadores” (Marx; Engels, 2007, p. 57). Segundo Marx (2013, p. 535), as colônias permitiram às metrópoles uma intensa acumulação e concentração de riquezas através da formação de monopólios e da espoliação de tesouros ao mesmo tempo em que garantiam o escoamento das mercadorias produzidas pelas manufaturas, desenvolvendo o comércio europeu.

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade (Marx, 2013, p. 535).

Amparado pelo sistema colonial, desenvolve-se na Europa, durante o período manufatureiro, um complexo de sistemas que contribuíram na capitalização da riqueza, na extinção das remanescentes estruturas feudais e na espoliação nacional e de outros países: o sistema de crédito público, que consolidou a dívida pública e impulsionou a “moderna bancocracia”; o “regime fiscal moderno”, baseado na

cobrança de impostos em “progressão automática” sobre os recursos de necessidades mais básicas da população, de modo a socializar as dívidas contraídas continuamente pelo Estado; e o protecionismo adotado pelos países europeus (Marx, 2013, p. 536-537).

Em meio a esse cenário, com parte das dívidas públicas sendo contraídas inclusive pelo desvio direto do dinheiro público para empresas fabris, há a acentuação do antagonismo nas cidades. A Holanda em 1648 encontrava-se “no ápice de sua grandeza comercial” devido ao seu protagonismo na economia colonial, ao mesmo tempo em que “a massa do povo holandês já estava mais sobrecarregada de trabalho, mais empobrecida e brutalmente oprimida do que as massas populares do resto da Europa somadas” (Marx, 2013, p. 535).

Ademais, o desenvolvimento e amadurecimento das manufaturas europeias em empresas fabris tiveram como base, além da submissão a péssimas condições de trabalho de um exército proletário adulto, o roubo e escravização de crianças, o que resultou em estrondosos lucros aos fabricantes. A instalação de muitas empresas nos chamados distritos fabris, locais distantes das cidades e onde inicialmente havia poucos habitantes, demandou grandes contingentes de trabalhadores, o que levou a busca em *cottages* e *workhouses* por crianças pobres que foram adquiridas como objetos⁵ (Marx, 2013, p. 538).

No século XVII a manufatura já se encontrava, a depender da cidade, intimamente imbricada no modo de viver dos indivíduos e precisava ser fortemente protegida devido à alta sensibilidade às oscilações do mercado (Marx; Engels, 2007, p. 59). O processo de exportação dos produtos manufaturados estava dependente do alcance comercial e de suas limitações, pois a abertura do mercado mundial e as demandas das colônias que se tornaram consumidoras fez com que o comércio se expandisse “mais rapidamente do que a manufatura, que desempenhava um papel secundário”. Para regulá-lo, na metade do século XVII se inicia o que Marx e Engels (2007, p. 58) classificam como um segundo momento das relações comerciais entre as nações, com a formação dos “monopólios coloniais” e leis de navegação.

⁵ As Casas de Trabalho eram uma espécie de alojamento onde a população em estado de pobreza poderia permanecer mediante trabalho. Criadas com a pretensão de prestar assistência, eram na realidade locais de marginalização e subjugação de indivíduos a condições insalubres e exploratórias. As crianças retiradas de lá para tornarem-se “aprendizes”, eram abrigadas em casas próximas às fabricas por seus “patrões” e tornavam-se prisioneiras vigiadas por capatazes, forçadas a trabalhos exaustivos, com escalas noturnas e submetidas cotidianamente à fome, tortura psicológica e física, açoites e acorrentamentos (Marx, 2013, p. 538).

Entretanto, ainda se conservava entre os comerciantes deste período uma mentalidade que atrasava a consolidação capitalista. Segundo Marx e Engels (2007, p. 59), “comparados com os manufatureiros e sobretudo com os artesãos, eles eram certamente grandes burgueses, mas comparados com os comerciantes e industriais do período seguinte eles não passam de pequenos burgueses”. A velocidade da circulação de capital nesse período sofreu aceleração, mas não o suficiente, tendo como empecilhos um mercado mundial fragmentado, onde cada país beneficiou a exploração de um produto e negligenciou investimento dos demais, um sistema financeiro ainda em desenvolvimento e uma concorrência entre as nações reprimida por barreiras alfandegárias, tratados e formação de monopólios (Marx; Engels, 2007, p. 59).

A alta demanda a qual foi submetida a Inglaterra, devido a concentração no país das manufaturas e do comércio, foi a “força motriz” que permitiu o soerguimento da grande indústria. Com sua maquinaria e intensa divisão do trabalho, foi possível atingir de fato um sistema monetário e mercado mundial desenvolvidos, com acelerada movimentação e concentração de capitais, que foram convertidos por completo em capital industrial (Marx; Engels, 2007, p. 60). Essas mudanças na organização da produção a partir da segunda metade do século XVIII irão caracterizar um novo estágio capitalista, denominado como capitalismo concorrencial (Netto; Braz, 2006, p. 171).

A grande indústria, ou indústria moderna, “submeteu a si o comércio”, “universalizou a concorrência” e forçou a atualização das medidas alfandegárias que agora tornavam-se meios protecionistas adequados à realidade de liberdade comercial (Marx; Engels, 2007, p. 60). Ela ainda suprimiu todas as fases industriais precedentes a ela. Os indivíduos agora eram dependentes a nível mundial para atender suas demandas e precisavam se submeter a um intenso desgaste para acompanhar uma concorrência universal (Marx; Engels, 2007, p. 59). A grande indústria retirou o caráter singular e natural das nações, extinguindo suas particularidades e firmando “as mesmas relações entre as classes da sociedade” em todos os países; constituiu-se uma burguesia de propósitos unificados e uma massa de trabalhadores para quem o trabalho, tendo tido suas relações naturais totalmente dissolvidas em monetárias, tornou-se “insuportável” (Marx e Engels, 2007, p. 61).

Segundo Lefebvre (2008, p. 11), o processo de industrialização caracteriza a sociedade moderna, ou seja, a sociedade baseada na produção capitalista, sendo o

motor indutor das transformações sociais, assim como da configuração da realidade urbana e de suas problemáticas, estas últimas de tamanha relevância que o autor valida o termo “sociedade urbana”, assim como “sociedade industrial”, para caracterizar o cenário moderno estabelecido após o surgimento das indústrias. Como visto anteriormente, o nascer da indústria e do capitalismo concorrencial se defronta com uma conformação já posta de cidade, determinada pelas condições históricas, com ideias contrárias ao seu desenvolvimento (Lefebvre, 2008, p. 12).

Porém, sendo este um processo contraditório, ao mesmo tempo as cidades apresentavam condições que favoreciam a implantação industrial de determinados ramos, estimulando o desenvolvimento empresarial por disponibilizar acesso a uma concentração de mercados, capital, bancos, ferramentas, matéria-prima, força de trabalho e exército de reserva para aumentar a mais-valia (Lefebvre, 2008, p. 15). Os empresários buscavam, quando viável, se instalar próximo aos recursos dos centros urbanos, pois embora haja um “choque violento” entre “industrialização” e a “urbanização”, há aspectos que as unem de modo inseparável com o desenrolar desse processo (Lefebvre, 2008, p. 16).

Portanto, mesmo que inicialmente, as indústrias tenham apresentado como tendência se fixarem fora das cidades, próximo aos camponeses e aos recursos naturais que serviam de energia, transporte e matéria-prima, elas acompanharam as modificações na estrutura econômica e se integraram no processo de concentração urbana, realizando uma concentração industrial. Para isso, as indústrias precisaram romper com as estruturas urbanas já estabelecidas, realizando a deterioração de núcleos urbanos antigos e apoderando-se das redes de cidades pré-capitalistas para remodelá-las e compor “seus próprios centros urbanos, cidades, aglomerações industriais”, que atenderiam às suas demandas expansivas (Lefebvre, 2008, p. 15).

Os núcleos urbanos, portanto, não irão ser extintos, mas irão passar por uma transformação em seu sentido de centralidade quando comparado com a cidade arcaica grega e romana, por exemplo, onde neles ficavam centradas as atividades políticas, ou na cidade medieval, na qual além do caráter político eles centralizavam atividades intelectuais, religiosas, produtivas e, principalmente, comerciais (Lefebvre, 2008, p. 11; p. 19-20). Lefebvre (2008, p. 20) ainda sugere que a centralidade em sua forma renovada poderia corresponder a uma centralização de poder, onde o núcleo urbano seria um centro de decisões, o que contribuiria para sua manutenção.

Apesar de degradados, os núcleos urbanos prosseguem como “centros de intensa vida urbana” ao se adaptarem às mudanças radicais sofridas pela cidade, sendo integrados à lógica mercantil exigida para o desenvolvimento industrial. Eles irão se tornar centros de consumo onde “o valor de troca prevalece a tal ponto sobre o valor de uso que quase suprime este último” (Lefebvre, 2008, p. 20). Além disso, a estética dos antigos núcleos, com suas construções e instituições, assim como a presença de espaços adequados ao lazer e festividades, possibilitaram que ele mesmo se constituísse como um produto de consumo, com destino turístico de estrangeiros e moradores suburbanos. Dessa forma, o núcleo urbano “sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar” (Lefebvre, 2008, p. 20).

Em meio à implantação das indústrias nas cidades, um outro fenômeno transformador é induzido e se aprofunda por toda a Europa, denominado por Lefebvre (2008, p. 18) de “implosão-explosão” da cidade. Esse processo caracteriza-se pela tendência simultânea de aglomeração urbana, com as áreas centrais concentrando enormes quantias populacionais e expandindo a quantidade de habitações e serviços, e de explosão desse processo de urbanização, com o tecido urbano se ampliando horizontalmente e as pessoas ocupando áreas distantes dos centros, originando subúrbios e periferias. Dessa forma, há momentos em que o centro se torna local de prestígio, com áreas aburguesadas, e em outros são deixados para as camadas populares, com formação de guetos. Por vezes concentram habitações, enquanto em outros momentos os “escritórios substituem os apartamentos” (Lefebvre, 2008, p. 18).

Mas o “tecido urbano” continua sempre a se expandir. Lefebvre (2008, p. 19) se utiliza dessa metáfora para designar a “unidade coerente constituída ao redor de uma ou de várias cidades, antigas ou recentes”, ressaltando que seu significado não deve ser limitado à morfologia, pois ele é totalizante. O tecido urbano é aquele sobre o qual emerge a sociedade urbana, uma espécie de “modo de viver” que engloba determinada estrutura econômica e também um conjunto de elementos “da vida social e cultural” (Lefebvre, 2008, p. 19). Ela ultrapassa as delimitações da cidade e alcança o campo, resultando “ao mesmo tempo no despovoamento e na “descamponização” das aldeias [...]”, com migração das pessoas para as cidades e alteração do estilo de vida camponesa (Lefebvre, 2008, p. 18).

A conformação do modo de viver urbano é mediada pelo sistema de objetos e valores. Segundo Lefebvre (2008, p. 19), “os mais conhecidos dentre os elementos

do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás (butano nos campos) que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário ‘moderno’”, ou seja, refere-se às novas demandas materiais que acompanham a urbanidade, às novidades tecnológicas e de serviços. Já o sistema de valores abarca elementos como lazeres, costumes, tendências e as preocupações e exigências ligadas ao modo de vida urbano, promovendo “uma racionalidade divulgada pela cidade” (Lefebvre, 2008, p. 19).

Nas cidades os conflitos se intensificam, já que a burguesia “se vê cercada pela classe operária” (Lefebvre, 2008, p. 22). Embora os processos até então descritos envolvendo a atividade industrial e sua ação nas cidades siga, em partes, uma tendência irrefreável, não se pode deixar de avaliar tais fenômenos considerando as interações, contradições e embates das classes e frações de classes envolvidas, assim como suas intenções e intervenções ativas na história, a partir de seus interesses (Lefebvre, 2008, p. 21).

3 A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O debate acerca da cidade interessa a vários segmentos, como os “estudiosos da sociedade”, os “planejadores e políticos”, “àqueles que detêm alguma fração do capital” e a “todos os habitantes da cidade”, incluindo os representantes da classe trabalhadora. Tamanho interesse e nível de abrangência explica-se pela cidade ser o “lugar onde os investimentos de capital são maiores” e o cenário principal dos conflitos sociais (Corrêa, 1995, p. 5).

Uma cidade capitalista apresenta “diferentes usos da terra justapostos entre si”, que representam sua organização espacial e define áreas com diferentes funções, como comercial, industrial, residencial, lazer, entre outros (Corrêa, 1995, p. 6). Nessa face, o espaço urbano aparece como fragmentado, mas ao mesmo tempo é articulado, já que tais áreas se relacionam espacialmente, o que pode ser percebido através do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias, mas também nas “relações espaciais de natureza social”, embora de maneira menos visível (Corrêa, 1995, p. 8).

O espaço urbano é fragmentado por evidenciar a complexidade de uma estrutura social dividida em classes e expressando os processos sociais orquestrados pelo modo de produção capitalista, com a acumulação de capital e a reprodução social tendo importância básica. Sendo sua conformação imbricada e determinada pelas transformações da sociedade, o espaço urbano capitalista é em essência “profundamente desigual”, mutável e ainda condicionante da sociedade, já que “as formas espaciais” viabilizam a “reprodução das condições e relações de produção” (Corrêa, 1995, p. 8-9).

Considerando que a formatação espacial da cidade e as funções urbanas são conduzidas por “agentes sociais concretos”, a fragmentação desigual em um espaço “onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem” tem grande impacto. Tal desigualdade espacial leva a conflitos sociais envolvendo representantes das classes trabalhadora e burguesa, tencionando a balança de forças, por um lado, em busca da acumulação de capital e, por outro, em busca do “direito à cidade e à cidadania plena” (Corrêa, 1995, p. 9).

Assim, a segregação e discriminação proletária é decorrente de uma sociedade de classes e da constante tensão em que “as condições de existência social da classe trabalhadora” se encontram devido a correlação de forças antagônicas (Barros e Guimarães, 2019, p. 106-107). Busca-se no presente capítulo compreender os

fenômenos contemporâneos de apropriação capitalista do espaço, o papel do Estado e os impactos para as classes sociais, a partir do estudo de algumas expressões do processo de segregação socioespacial, tais como a periferização, a gentrificação e a favelização.

3.1 O PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Conforme Netto e Braz (2006, p. 169), o desenvolvimento das forças produtivas de forma acelerada no capitalismo faz com que ele seja constituído por mobilidade e transformação e, com isso, a partir de 1870 ocorrem modificações técnico-científicas e econômicas que permitem a identificação de um novo estágio desse modo de produção, o Imperialismo. Este é o período em que há “o surgimento dos monopólios e a modificação do papel dos bancos” (Netto; Braz, 2006, p. 177), passando o capital financeiro a cumprir um papel determinante.

Os monopólios surgem como uma tendência de concentração e centralização do volume de capital diante da concorrência desenfreada e as inseguranças/instabilidades do mercado, que estava dividido entre grandes, médios e pequenos capitalistas. Em poucas décadas formaram-se grupos capitalistas que passaram a intervir de forma decisiva na economia nacional, controlando ramos industriais e formando posteriormente “gigantescos monopólios (centrados na indústria pesada) [que] extravasariam as fronteiras nacionais, estendendo a sua dominação sobre enormes regiões do globo” (Netto; Braz, 2006, p. 178).

Concomitantemente, devido a necessidade de grandes investimentos durante esse processo, os capitalistas industriais passaram a demandar dos bancos enormes quantias de crédito para empréstimo, levando essa instituição financeira a “controlar massas monetárias gigantescas” (Netto; Braz, 2006, p. 178), o que possibilitou aos bancos uma posição de poder que permitiu seu deslocamento de “intermediários de pagamentos a associados de capitalistas industriais”. Com isso, “os bancos compram ações dos monopólios e se convertem em seus coproprietários. Por seu turno, os monopólios industriais também possuem ações dos bancos com que se relacionam”, resultando no processo de concentração e centralização para além do capital industrial, do capital bancário, assim como a fusão entre eles, o que inaugurou o chamado capital financeiro (Netto; Braz, 2006, p. 179).

Buscando contornar as limitações para a valorização do capital diante de uma saturação mundial e da necessidade irrefreável de expansão, esse modo de produção se torna progressivamente dependente da produção e consumo de espaço, em especial do espaço urbano, que adquire importância crescente para a reprodução de sua dinâmica (Botelho, 2007, p. 22-23). Assim, o espaço foi sendo inserido no circuito de reprodução das relações produtivas capitalistas e como “a privatização dos meios de produção é uma determinação geral do capitalismo”, ao ser incorporado como meio de produção, além de ser “consumido produtivamente” para a extração da mais valia, o espaço passou a ter seu processo de valorização vinculado a sua própria mercantilização (Botelho, 2007, p. 23).

Como as mudanças na estratégia de acumulação capitalista culminaram em uma relevância significativa do capital financeiro, o espaço vem sendo incluído nesse circuito, “tornando-se cada vez mais capital fictício” (Botelho, 2007, p. 21), sendo exemplos, segundo Botelho (2007, p. 23), “a construção de shopping centers, empreendimentos de turismo e lazer, centros empresariais, grandes condomínios verticais e horizontais, hotéis e flats”. O setor imobiliário⁶ adquire também grande importância econômica, funcionando como “um circuito paralelo ao da produção industrial”, uma espécie de setor secundário para onde afluem os capitais dos investidores quando a produção de bens duráveis perde o impulso, minimizando os impactos de uma depressão (Lefebvre, 1999, p. 146, apud Botelho, 2007, p. 24).

De acordo com Botelho (2007, p. 25), ao ser inserido no ciclo de reprodução do capital, o segmento imobiliário tem seu papel e função ampliados, podendo até ocupar o lugar de setor dominante em casos de crise, com a sustentação do circuito passando a ser a “mercantilização da terra e do habitat” em detrimento da “produção-consumo de mercadoria”. Tal setor, portanto, é essencial na contenção da tendência de queda da taxa média de lucro⁷, gerando mais-valia de forma expressiva e apresentando,

⁶ Botelho (2007, p. 25) utiliza-se do conceito de setor imobiliário como o “conjunto de atividades que envolvem os subsetores de materiais de construção, de construção de edifícios e obras de engenharia civil, bem como aqueles ligados ao terciário, tais como as atividades imobiliárias e as atividades de manutenção predial.”

⁷ A queda da taxa média de lucro, segundo Netto e Braz (2006, p. 152) é uma tendência do desenvolvimento capitalista. Cada vez mais há investimento em maquinário e tecnologia para diminuir o tempo de trabalho socialmente gasto na produção de mercadorias, o que barateia os custos da produção. A princípio, ao vender tal mercadoria com o mesmo preço do mercado, após uma inovação, o capitalista irá se apropriar de uma mais valia adicional, porém, devido a lógica concorrencial, esses novos métodos de produção também serão adotados pelos outros capitalistas, e assim que for generalizada sua utilização, o preço de mercado cai, diminuindo os lucros.

inclusive, lucros superiores ao da produção “na medida em que emprega mais capital variável com relação ao capital constante que grande parte dos setores de produção capitalistas” (Botelho, 2007, p. 25).

Entretanto, os lucros da especulação e construção civil tendem a se estagnar, pois o capital imobiliza-se devido ao pouco estímulo de atividades, sendo necessário, para sua multiplicação, fazer com que os bens imóveis convertam-se em bens móveis. Segundo Botelho (2007, p. 23), “para se usufruir determinados atributos do lugar é preciso que se realize, antes de tudo, seu valor de troca” e, com isso, o espaço vem sendo cada vez mais fragmentado e transformado em um meio uniforme, dividido em porções que serão ofertadas a possíveis clientes. Assim possibilita-se sua transformação em títulos de propriedade, promovendo sua “intercambiabilidade” no mercado financeiro (Botelho, 2007, p. 24).

O fim do século XIX é envolvido pela lógica do *habitat*, disseminada por ideólogos e políticos influentes para efetivação da estratégia de classe (Lefebvre, 2008, p. 23), o que acentua a construção de pavilhões e conjuntos, com moradias homogêneas e fabricadas em série “o mais rápido possível pelo menor custo possível” (Lefebvre, 2008, p. 26). Como mais uma resposta ao intenso afluxo de camponeses aos centros urbanos, promove-se, com a regulamentação do Estado, a “entrada do solo e do alojamento, sem restrição, para a troca e o valor de troca”, o que implica em especulação imobiliária (Lefebvre, 2008, p. 24).

Aumenta-se a especulação sobre os terrenos e as moradias, assim como diminuem as restrições impostas a tal prática (Lefebvre, 2008, p. 27). Diferente do sentido de habitar, que envolve a participação do indivíduo em sua comunidade e da vida social que a permeia, o *habitat* se limita a propriedade privada, concebendo moradia apenas como mais uma mercadoria, degradando o habitar ao isolá-lo da totalidade complexa que constitui a cidade (Lefebvre, 2008, p. 24-25).

As funções urbanas são desmembradas em zoneamentos progressivamente especializados, como zonas de escritórios, zonas industriais e zonas residenciais, estas destinadas a grupos com maior ou menor poder aquisitivo que alocam cada segmento social em um lugar específico da cidade (Botelho, 2007, p. 34). O solo nas cidades, portanto, se fragmenta não só fisicamente, mas também socialmente: sua ocupação não ocorre de forma aleatória e expressa a estrutura da sociedade de classes, havendo acesso desigual à propriedade fundiária (Botelho, 2007, p. 22).

A “lenta obsolescência” dos imóveis, outra dificuldade encontrada para a circulação de capital no setor imobiliário, é contornada com o desenvolvimento tecnológico de outros setores que podem acelerar esse processo, “criando um movimento constante de realocização, destruição e reconstrução no e do espaço” (Botelho, 2007, p. 26). A transformação da cidade, comum ao desenvolvimento urbano, “se torna mais rápida e institucionalizada com o advento do capitalismo”, que molda e modifica o “ambiente físico e social” constantemente, conforme as alterações na sua dinâmica de acumulação, e alinhado aos interesses da classe dominante (Furtado, 2014, p. 345).

Esses processos serão intensificados a partir do capitalismo contemporâneo com a financeirização da economia e a transformação integral do espaço como meio de valorização do capital financeiro, deixando de ser organizado para morar, e sim para render e lucrar. A financeirização decorre do processo de concentração geral da economia capitalista, pois esta proporcionou também a intensa concentração do sistema bancário e financeiro (Netto; Braz, 2006, p. 230), culminando em um expressivo crescimento do capital fictício e transações financeiras “hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores”, predominantemente especulativas (Netto; Braz, 2006, p. 232).

O capitalismo contemporâneo configura-se como uma nova etapa do Imperialismo, consolidada como estratégia diante da queda das taxas de lucro e do “colapso do ordenamento financeiro mundial” a partir dos anos de 1970, que se seguiu ao fim dos “anos dourados”⁸ do capitalismo (Netto; Braz, 2006, p. 213). Os monopólios permanecem no centro da dinâmica, porém há modificações “econômicas, sociais, políticas e culturais” no cenário mundial devido as respostas formuladas para a restauração do capital (Netto; Braz, 2006, p. 211), as quais Netto e Braz (2006, p. 214) descrevem como sendo uma articulação do tripé reestruturação produtiva, financeirização da economia e neoliberalismo.

O neoliberalismo é necessário ao capital monopolista para legitimar o projeto adotado no período pós-recessão, que visa a remoção de entraves sociopolíticos para

⁸ Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos de 1970, o capitalismo viveu uma fase excepcional de crescimento acelerado, sustentada pela intervenção estatal de inspiração keynesiana e pelo padrão fordista-taylorista de acumulação. Esse período foi marcado por altas taxas de crescimento econômico, ampliação do emprego e dos salários, expansão de direitos sociais, bem como pela redução do impacto das crises. O esgotamento desse modelo revelou, contudo, os limites estruturais do sistema capitalista (Netto; Braz, 2006).

a recuperação dos lucros capitalistas (Netto; Braz, 2006, p. 226). Principalmente nos países periféricos, sob um viés de racionalidade do uso de recursos e corte de gastos, acentua-se a privatização de empresas e serviços essenciais, antes sob controle estatal, para a exploração lucrativa do grande capital (Netto; Braz, 2006, p. 228).

Há defesa da diminuição da intervenção estatal na economia, com ataque direto a suas dimensões democráticas, iniciando-se um processo de contrarreforma ao enfraquecer os movimentos sindicais, desregulamentar a legislação trabalhista e reduzir os custos com políticas sociais, sendo estas responsabilizadas por onerar o Estado (Netto; Braz, 2006). O setor público, porém, permanece agindo na proteção de empresas no mercado, instaurando-se, portanto, um “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (Netto; Braz, 2006, p. 227).

A reestruturação produtiva expressa a reorganização dos circuitos produtivos do capitalismo diante da crise do padrão de acumulação rígida taylorista-fordista, havendo a consolidação de uma acumulação com “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (Netto; Braz, 2006, p. 216). Consequentemente, há também uma fragmentação e dispersão espacial da produção (desterritorialização), com deslocamento de polos produtivos principalmente para “áreas subdesenvolvidas e periféricas”, para uma maior exploração da força de trabalho, em razão da fragilidade da proteção trabalhista e sindical (Netto; Braz, 2006, p. 216).

Dessa forma, enquanto nos “anos dourados” as cidades passaram por um processo de urbanização generalizada, evidenciando a produção de espaço pelas forças produtivas capitalistas, a reestruturação produtiva incide na redefinição desse espaço urbano, ao estabelecer uma nova configuração na localização da produção, na organização do trabalho e no uso do solo, produzindo novas formas de segregação e funcionalização da cidade (Netto; Braz, 2006, p. 237). Na sociedade capitalista contemporânea a urbanização “estaria marcada pela crescente segregação socioeconômica e cultural” (Botelho, 2007, p. 28).

Conjuntamente com a “ofensiva do capital sobre o trabalho”, que resultou no “maior contingente histórico de desempregados, subempregados e empregados precarizados e na exponenciação da questão social”, há uma reestruturação da cidade onde “urbanização e suburbanização se mesclam, se confundem e se invertem e são refuncionalizadas segundo lógicas que concretizam processos de apartação socioespacial” (Netto; Braz, 2006, p. 237). Assim, no século XXI presenciamos,

segundo Netto e Braz (2006, p. 238), um “mundo novo”, onde há um “crescente alargamento entre o mundo do rico e o mundo do pobre”, o que se evidencia espacialmente através da intensa polarização no território entre áreas de acumulação de riqueza e áreas de precarização social.

3.2 PERIFERIZAÇÃO

Para iniciar o debate sobre o processo de periferização como um fenômeno da segregação socioespacial, é válido destacar o instrumento de reorganização social do espaço ocorrido em Paris na segunda metade do século XIX, conhecido como “urbanismo de Haussmann”, descrito por Lefebvre (2008, p. 22). Em meio ao êxodo rural, “os camponeses afluem, instalam-se ao redor das “barreiras”, das portas, na periferia imediata”, e somam-se a operários das antigas e novas ocupações que “penetram até o próprio âmago da cidade” dividindo o espaço com a burguesia, que já havia conquistado a capital após a Revolução Francesa e consolidava sua posse sobre “os meios de ação, bancos do Estado, e não apenas residências”. (Lefebvre, 2008, p. 22).

Tal coexistência espacial faz com que “os novos ricos” se sintam ameaçados, “perigo que se torna evidente nas jornadas de junho de 1848⁹ e que a Comuna¹⁰ confirmará” (Lefebvre, 2008, p. 22). A vida urbana implica no encontro dessas classes, havendo confronto ideológico e político, o que nesse caso resultou na elaboração de uma “estratégia de classe” burguesa para remanejar as cidades francesas a seu favor (Lefebvre, 2008, p. 22).

No transcorrer do século XIX, a democracia de origem camponesa, cuja ideologia animou os revolucionários, poderia ter se transformado em democracia urbana. Esse foi e é ainda para a história um dos sentidos da Comuna. Como a democracia urbana ameaçava os privilégios da nova classe dominante, esta impediu que essa democracia nascesse. Como? Expulsando do centro urbano e da própria cidade o proletariado, destruindo a “urbanidade” (Lefebvre, 2008, p. 22-23).

O ponto de partida de tal estratégia de classe está relacionado com a transformação urbanística promovida pelo barão Haussmann¹¹, que criou espaços vazios e *boulevards* em Paris, alargando as avenidas. Seu objetivo principal era

⁹Conjunto de levantes coordenados por operários contra a burguesia e a monarquia absolutista, que se estenderam pela Europa.

¹⁰ Refere-se à Comuna de Paris, em 1871. Movimento popular que levou a uma experiência de governo operário por 72 dias.

¹¹ Nomeado por Napoleão III, foi prefeito de Paris entre 1853 e 1870.

combater a formação das barricadas de operários parisienses e anunciar “alto e forte a glória e o poder do Estado”, que poderia utilizar dessas vias para se impor através da violência armada (Lefebvre, 2008, p. 23). Segundo Cardoso (2004, p. 5), essa medida promoveu uma renovação estética da capital, facilitou a defesa dos aparatos de dominação burguesa e neutralizou o proletariado revolucionário causando “a destruição da estrutura material urbana que servia aos motins populares de rua”.

O urbanismo de Haussmann tornou-se um modelo aplicado em diversos países que influenciou a reestruturação das capitais nos moldes burgueses, visando uma ruptura violenta com o passado em busca da modernidade, em uma tentativa de esquecer a antiga história guardada pela cidade (Cardoso, 2004, p. 3). Em Paris foram realizadas obras para o fornecimento de água, redes de esgoto, construção de pontes, edifícios públicos, praças e monumentos, o que, no entanto, resultou na demolição de velhas estruturas, moradias populares e na destruição de bairros inteiros. Tais empreendimentos também atenderam às necessidades da grande indústria ao estimular os “negócios locais” e empregar “dezenas de milhares de trabalhadores em obras públicas de longo prazo, as quais, por sua vez, gerariam milhares de novos empregos ao sistema privado” (Cardoso, 2004, p. 5).

As obras buscavam a higienização da cidade, a substituição dos “bairros sórdidos” e de sua insalubridade por “bairros aburguesados”, deslocando uma multidão de pessoas para a periferia e promovendo segregação social (Lefebvre, 2008, p. 23). Barros e Guimarães (2019, p. 107), baseadas no estudo seminal de Engels – *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* –, abordam as precárias condições sociais vivenciadas pela classe trabalhadora nas grandes cidades inglesas durante o século XIX, descrevendo as circunstâncias habitacionais a que foram submetidas.

A conformação das cidades às demandas burguesas levou a um cenário urbano onde o proletariado foi concentrado em bairros desmembrados do restante da cidade, com casas mal-acabadas, em disposição irregular, sem estruturas básicas de pavimentação, limpeza e saneamento e com grande adensamento populacional. Criase, assim, uma cidade fragmentada, configurada de forma a distanciar sistematicamente os bairros populares e suas precárias condições do modo de vida burguês dos bairros elitizados e do restante urbano, visando “esconder a pobreza do horizonte dos outros países e do seu próprio olhar” (Barros; Guimarães, 2019, p. 107).

Portanto, a ampliação do tecido urbano a partir de uma lógica de periferização da cidade se faz presente desde o século XIX, impulsionada pela rápida industrialização e suas modificações na função, dinâmica e densidade demográfica das cidades, o que resultou em estruturação do meio urbano fundamentada no esquema de centro-periferia (Sposito, 2004, p. 118). Tal expansão para áreas afastadas do centro foi possibilitada devido ao “desenvolvimento do transporte marítimo e ferroviário e da comunicação pelo telégrafo”, porém, ainda sim, o tecido urbano mantinha-se contínuo e concentrado, mesmo que houvesse distinções socioespaciais, sendo esta uma característica da cidade (Sposito, 2004, p. 118).

Essa configuração começou a se alterar no final do século, havendo o início de um movimento “em direção a uma cidade esparsa e descontínua” (Sposito, 2004, p. 119). Conforme Netto e Braz (2006, p. 176), o desenvolvimento das forças produtivas ao final do século XIX que culminou no Imperialismo foi marcado por importantes inovações das ciências naturais que impactaram a produção, “afetando insumos, meios de produção e mercadorias” e resultaram em avanços na indústria pesada e nos meios de transporte. Dessa forma, as novidades tecnológicas nos sistemas de comunicação e transporte, como o telefone, o bonde, o metrô e em especial o surgimento do automóvel e do caminhão, viabilizaram a intensificação da periferização (Sposito, 2004, p. 119).

Observa-se a progressiva transformação no “conteúdo social e cultural das periferias”, ligadas anteriormente, desde a cidade antiga e medieval, a uma fuga das classes média e alta para o subúrbio em busca de “superioridade higiênica” e “jardins e pomares”, passando cada vez mais a remeter-se ao “afastamento espacial dos mais pobres” (Sposito, 2004, p. 119). Ao se distanciar dos locais de produção e do conjunto da cidade, o proletariado acaba por perder cada vez mais a capacidade de compreender, participar e se reconhecer na produção coletiva da vida urbana e social, e a focar-se na cotidianidade e no consumo, tendo início a dissipação de sua “consciência urbana”, de sua capacidade criativa e seu afastamento das questões relacionadas ao processo produtivo (Lefebvre, 2008, p. 25).

Porém, estes “suburbanos”, assim como esta “periferia desurbanizada”, continuam a depender da cidade e a pertencer à realidade urbana, sendo tal processo considerado por Lefebvre (2008, p. 25) como uma “urbanização desurbanizante e desurbanizada”.

Situação conflitante caracterizada pelo fim da cidade e pela ampliação da sociedade urbana, mutilada, deteriorada, porém real. Os subúrbios são urbanos, numa morfologia dissociada, império da separação e da cisão entre os elementos daquilo que foi criado como unidade e simultaneidade (Lefebvre, 2008, p. 28).

As classes dominantes movimentam-se no sentido de uma recuperação das áreas centrais urbanas. O papel do centro como concentrador “de atividades de comercialização de bens e serviços, de gestão pública e privada, de lazer e de valores materiais e simbólicos” se acentua, motivado pela grande acessibilidade garantida pelos meios de transporte, inclusive o intra-urbano, que se estruturam a partir dessas áreas (Sposito, 2004, p. 120). Em contrapartida, a periferia define-se “negativamente por comparação ao centro” (Reynaud, 1993 apud Sposito, 2004, p. 120).

Portanto, a segregação social no espaço urbano está marcada, neste momento, pela presença de um centro urbano ocupado por atividades de comando, riqueza, informação e poder, monopolizado pelo Estado e pelos grandes capitalistas, em oposição às periferias onde predominam atividades de execução e meios de reprodução sucateados da classe trabalhadora, de infraestrutura precária (Botelho, 2007, p. 36).

O espaço não é somente um cenário das relações sociais e sim um participante ativo, utilizado como instrumento pela classe dominante, que detém o monopólio sobre ele (Botelho, 2007, p. 22). O preço do solo urbano é determinado pela divisão social e espacial do trabalho, sendo resultado das relações sociais e da forma como o trabalho e as atividades econômicas estão distribuídas no território. Ele é a “manifestação espacial” da renda fundiária urbana, mecanismo econômico que funciona como um filtro, mantendo e reproduzindo determinada hierarquia de ocupação do solo estabelecida pela existência de certos atributos em um local – seu valor de uso – e a possibilidade de se pagar por esse espaço. Ou seja, a renda fundiária urbana é “um instrumento do fenômeno da segregação” e garante “reprodução da divisão social e econômica do espaço, assegurando a adequação dos usos do solo e das classes sociais aos distintos lugares do aglomerado urbano” (Botelho, 2007, p. 34).

Os lugares mais valorizados, centrais, onde o solo é mais caro, são ocupados pelas camadas mais privilegiadas; quem tem menos recursos acaba ficando em áreas desvalorizadas, periféricas e menos equipadas, em moradias populares. Há ainda a segregação em relação aos equipamentos coletivos - com carência de instalações

para estudo e lazer, por exemplo, nos conjuntos proletários, em contraste com sua abundância nos conjuntos burgueses - e em relação a mobilidade urbana, com a praticidade dos automóveis particulares contrastando com a “crise dos transportes coletivos”, utilizados pelas camadas populares para o traslado domicílio-trabalho (Botelho, 2007, p.34).

Os privilégios espaciais estão relacionados com a disponibilidade de equipamentos urbanos, possuindo a burguesia e a classe trabalhadora “um espaço próprio, fortemente segregado um do outro”, que são objetivamente distintos. A “materialidade dos meios de consumo que estão disponíveis” em cada local é resultada dos diferentes processos de produção material que se desenvolvem, havendo nos bairros ocupados por uma população de maior poder aquisitivo o

(...) predomínio massivo das formas mais capitalistas de construção das habitações; privilégios por longos períodos em matéria de infraestruturas e de equipamentos públicos de consumo coletivo; concentração “espontânea” dos serviços requeridos por uma clientela altamente solvente em termos monetários (Topalov, 1984, p.159 apud Botelho, 2007, p. 34-35).

A cidade contemporânea, espacialmente configurada diante do contexto da 3ª Revolução Industrial e da reestruturação capitalista, sofre continuamente transformações que modificam e diversificam suas funções na divisão territorial do trabalho e alteram o seu próprio significado, pois “novas formas de produção do espaço urbano contribuem para a instauração de novas práticas socioespaciais” (Sposito, 2004, p.135). A configuração material do espaço hoje pode se tornar, no futuro, um entrave para a reprodução do sistema, de acordo com as mudanças nas “necessidades de valor de uso tanto do capital quanto do trabalho” (Harvey, 1985, p.173, apud Furtado, 2014, p.345)

Nesse sentido, a acumulação de capital, inovações tecnológicas e urbanização capitalista têm de andar juntas, havendo uma permanente inter-relação entre elas. A construção da infraestrutura física, sistemas de comunicação e centros de negócios formam a base potencial tanto para a circulação do capital como para a integração de todos elementos necessários à produção de mercadorias (incluindo trabalhadores assalariados) nos centros urbanos (Harvey, 1985, apud Furtado, 2014, p. 345).

No decorrer do século XX há um impulso em direção à implementação de “novas formas de *habitat* urbano” e à “homogeneização dos ‘produtos imobiliários’”, levando a crescente verticalização da cidade e ao aparecimento de bairros planejados, conjuntos habitacionais, condomínios e loteamentos fechados afastados do centro, o que resulta na extensão dos tecidos urbanos (Sposito, 2004, p. 125).

Tal expansão horizontal e vertical reforça a fragmentação socioespacial, complexificando e reconfigurando a estrutura urbana, pois grande parte desses novos empreendimentos de localização periférica são construções habitacionais voltadas para a classe média e alta, divergindo “do próprio conceito de periferia urbana que está associado, nas cidades brasileiras, à pobreza e à precariedade de meios de consumo coletivo” (Sposito, 2004, p. 133). Como os interesses fundiários e imobiliários são “os motores principais da extensão da cidade” (Sposito, 2004, p. 125), a escolha locacional para tais investimentos será influenciada pela disponibilidade de equipamentos, assim como irá influenciar a instalação de uma nova infraestrutura, atraindo “novos negócios, investimentos, moradores, além de reforçar simbolismos e valores culturais” (Rodrigues, 2013, p. 55).

O desenvolvimento dos meios de transporte privados e coletivos e a criação de novas vias de acesso permitiu a ampliação também do espaço de consumo da cidade, viabilizando a busca pela população por locais além do “limite do bairro para efetuar compras ou serviços, criando alternativas ao centro, geralmente mais congestionado” (Rodrigues, 2013, p. 57). Dadas as possibilidades, as periferias se expandiram e passaram a assumir funções que antes eram exclusivas da área central, havendo dispersão espacial principalmente das atividades comerciais e de serviços (Rodrigues, 2013, p. 58). Essa descentralização faz parte do processo de acumulação, diminuindo a competição no mercado entre empresas por meio do alcance de novos consumidores dispersos e redirecionando “fluxos de capitais, de pessoas, de bens materiais e imateriais” para novas áreas além do centro tradicional (Rodrigues, 2013, p. 56).

Portanto, embora no século XX o arranjo “centro–periferia” tenha sido reforçado pela intensificação da periferização, ele já não pode mais ser compreendido, desde meados do século, somente pela relação entre dois subconjuntos, o centro e a periferia, sendo necessária sua análise por meio de uma estrutura policêntrica (Sposito, 2004, p.120). Surgem, então, novas centralidades, chamadas de subcentros (Rodrigues, 2013, p. 56). Diferente do centro, que envolve a ideia de “perenidade”, um local consolidado, delimitável e que persiste ao longo do tempo com concentração de elementos fundamentais para a manutenção da cidade, a centralidade está ligada a fluidez e capacidade de uma localidade atrair, naquele momento, um fluxo de capital (Rodrigues, 2013, p. 55).

Em geral, as novas centralidades dispõem de áreas para comércio e para residências, sendo alvos de ações imobiliárias que buscam terrenos maiores para a expansão das atividades através da construção de “residências, hotéis, escritórios, espaço de recreio e lazer, além de empreendimentos especializados como condomínios residenciais ou complexos de uso misto, combinando habitação e negócios” (Rodrigues, 2013, p. 58). Assim, estabelecimentos como shopping centers e centros de negócios periféricos incorporam uma centralidade, criada por “proprietários fundiários e incorporadores imobiliários”, e funcionam como novos centros, para além do “centro tradicional”, sendo esta uma estratégia para “agregar valor ao solo e aos imóveis que foram construídos em áreas cujo preço fundiário e imobiliário era, anteriormente, muito menor” (Sposito, 2004, p.134).

3.3 GENTRIFICAÇÃO

De acordo com Furtado (2014, p. 342), o termo gentrificação, criado em 1964 por Ruth Glass para descrever um processo observado em Londres, generalizou-se de forma a representar a “revitalização ou renascimento urbano” de áreas residenciais ocupadas pela classe trabalhadora em centros degradados que seriam transformados para a ocupação das classes média e alta. A expressão foi originalmente empregada como um processo de “enobrecimento” ou elitização dessas áreas, derivando do substantivo “*gentry*”, que refere-se a pessoas ou grupos considerados “bem nascidos” ou de origem nobre (Pereira, 2014, p. 308).

Entretanto, essa visão é parcial por ser um padrão observado em países europeus e americanos, não devendo o conceito de gentrificação se limitar a uma realidade social, tempo histórico e tampouco a um projeto habitacional. A gentrificação é um fenômeno dinâmico que não cabe em definições rígidas, expressa espacialmente mudanças sociais e envolve diversos fatores e atores, sendo elemento de um “processo permanente de (re)estruturação urbana” (Furtado, 2014, p. 342-344). Segundo Pereira (2014, p. 308), mesmo que o conceito de gentrificação tenha passado por incorporações variadas, tornando-se um “conceito caótico”, ele seria “uma categoria central para se pensar as transformações vivenciadas nas cidades contemporâneas”.

Partindo da perspectiva de Neil Smith sobre o tema, ancorada no materialismo histórico, a gentrificação está atrelada a uma “ativação de rendas potenciais latentes”. Espaços antes com baixo valor imobiliário, ocupados por população de baixa renda,

teriam um potencial de valorização não explorado pelo capital quando estão presentes elementos simbólicos que podem adquirir conteúdo econômico, tornando-se fatores de valorização imobiliária, como, por exemplo, áreas com valor histórico. Haveria então um movimento do capital, que guiado pelo diferencial de renda, explora o hiato entre a renda atual e a renda potencial do solo urbano e sustenta processos de reinvestimento e substituição social (Pereira, 2014, p. 309).

O processo ocorreria de maneira que, após um período prolongado onde as áreas centrais deixam de ser priorizadas nas estratégias de investimento - então concentradas na expansão urbana periférica - observa-se uma queda progressiva da renda gerada pelos imóveis nela localizados, que se estende até que “a diferença entre a renda potencial e a renda efetivamente capitalizada com os atuais usos da terra ultrapassa um patamar crítico”. Uma vez atingido esse ponto, os ganhos esperados com o reinvestimento no centro antigo tornam-se superiores àqueles associados à abertura de novos empreendimentos nas bordas urbanas e “a direção dos fluxos de capital se inverte” (Pereira, 2014, p. 310).

O potencial de reinserção de uma área no mercado atrai o interesse do capital, assim como é a remoção dos obstáculos que restringem seu aproveitamento lucrativo, através de investimentos públicos ou privados, que concretiza tal ação. Furtado (2014, p. 348) afirma que “a forma usual de possibilitar que um programa de renovação urbana seja lucrativo é aumentar substancialmente o *status* de uma área”, que ao ser contemplada com investimentos, tem o seu valor elevado, o que significa sua apropriação por indivíduos com alta renda e a remoção dos antigos moradores empobrecidos. Essas famílias podem não conseguir arcar com a elevação dos custos de moradia e novas despesas decorrentes da melhoria, como taxas e impostos, o que tende a se intensificar devido a constante pressão por melhorias que o grupo social recém chegado irá demandar no território (Furtado, 2014, p. 360).

A presença concentrada das camadas abastadas em certos espaços urbanos atraem empresas e redefine a qualidade dos serviços públicos e do comércio privado, tornando-os mais restritivos e excludentes devido à elevação dos preços para se obter acesso àquele local. Isso promove uma legitimidade simbólica do uso daquele espaço por determinada classe social e reitera a “hierarquia das situações de classe”, com burguesia e classe trabalhadora se excluindo mutuamente (Botelho, 2007, p. 35).

Portanto, para Neil Smith, o retorno do interesse pelo centro urbano não decorre de uma “repentina mudança cultural”, nem de uma súbita mudança nas

preferências residenciais entre o subúrbio e a cidade. Trata-se, antes, de um fenômeno explicado por determinações objetivas “relacionados à economia política do processo de urbanização”, que indicam uma reorientação dos investimentos (Pereira, 2014, p. 310). Essa dinâmica é cíclica e se constitui por “fases sucessivas de ampliação, realização e esgotamento do potencial de valorização em diferentes fragmentos do tecido urbano” (Pereira, 2014, p. 312).

Ressalta-se que a gentrificação contém uma dimensão política, não devendo ser compreendida como um simples desdobramento espontâneo do funcionamento do mercado imobiliário. A conversão de áreas que passaram por “anos de carência de investimentos” em áreas voltadas à valorização do capital é um processo que envolve conflitos e o uso de mecanismos ideológicos.

Tais estratégias envolvem a formação de coalizões entre agentes privados e o Estado, o uso de meios de coerção econômica ou extraeconômica e a mobilização de um engenhoso arsenal ideológico-discursivo para minar possíveis resistências, constituindo o cenário que Smith caracteriza como uma “cidade revanchista” (Pereira, 2014, p. 310).

As tensões e disputas que envolvem a reestruturação do espaço para viabilizar a “produção, circulação e consumo de mercadorias” são mediadas pela intervenção estatal (Furtado, 2014, p. 346). A supercapitalização, fenômeno típico da monopolização, faz com que o sistema necessite de uma intervenção extraeconômica para contornar os crescentes obstáculos da valorização de capital, havendo com isso uma mudança na dinâmica entre Estado e economia, visando a maximização dos lucros através do controle dos mercados (Netto, 2009, p. 22). O Estado, que antes atuava primordialmente na proteção da propriedade privada dos meios de produção burgueses – ou seja, em condições externas à produção capitalista - é refuncionalizado e reestruturado no contexto de transição para a fase Imperialista, voltando-se para garantir o superlucro dos monopólios, passando a intervir de forma direta, contínua e sistemática no funcionamento da economia (Netto, 2009, p. 24-25).

Entre as funções econômicas diretas adquiridas pelo Estado estão o fornecimento de energia e matéria-prima a baixo custo, a socialização das perdas de empresas capitalistas em crise e a reprivatização de empreendimentos rentáveis, além do fornecimento de estruturas construídas com dinheiro público e subsídios. De maneira geral, o Estado passa a atuar economicamente como o administrador das crises cíclicas capitalistas (Netto, 2009, p. 25). Em relação às suas funções políticas, há uma mudança estrutural que permite uma progressiva autonomia dos núcleos

decisórios capitalistas em relação às instâncias políticas legalmente reconhecidas, sendo o Estado “o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista” (Netto, 2009, p. 26).

O Estado promove “operações de rearranjo espacial” visando a criação de novos ambientes para a manutenção dos lucros do setor, podendo o urbanismo ser considerado em parte, segundo Botelho (2007, p. 27), como uma estratégia que oculta “as operações realizadas pelo setor público como forma de auxílio à reprodução do capital”. Ademais, cabe ao Estado, entre suas funções, utilizar de meios para reduzir os entraves da ação imobiliária nas áreas urbanas, facilitando seus investimentos sem problematizar a questão da propriedade privada da terra.

A legislação de regulamentação de usos do solo e do espaço público, o direcionamento de investimentos, a construção de infra-estrutura, e os planos de revalorização de áreas urbanas degradadas são alguns dos exemplos da atuação do Estado que tem por fim a valorização dos capitais aplicados no setor imobiliário, em particular, e do próprio capital, em geral (Botelho, 2007, p. 27).

Portanto, o Estado garante as condições necessárias para o desenvolvimento da gentrificação, fornecendo, por exemplo, “recursos físicos e financeiros que terminam por acelerar, pelo aumento do preço do solo, o processo de expulsão indireta, e também direta, dos trabalhadores” (Furtado, 2014, p. 345). Através da intervenção “consciente e planejada”, o Estado, seguindo a demanda do mercado, regula a organização espacial ao delimitar as condições de competição entre empresas, por meio do controle de fluxo de capital, com taxas, subsídios e regulamentações, além da localização de investimentos, por meio de leis de zoneamento e tributação (Furtado, 2014, p. 348). Dentre a infraestrutura física assegurada para um espaço “suficientemente homogeneizado” estão as redes de transportes e comunicação urbana, tornadas “inevitavelmente disponíveis para o usufruto geral” pelo poder público, para permitir o fluxo de mercadorias, pessoas e informação entre localidades (Furtado, 2014, p. 347).

Entretanto, o Estado, assim como os bancos, promotores privados e grupos industriais, aplicam os recursos de maneira desigual entre diferentes partes da cidade, o que pode desencadear ou aprofundar as desigualdades sociais e econômicas no ambiente urbano, acirrando a segregação (Furtado, 2014, p. 360). Ressalta-se que o Estado pode determinar, dentro de suas competências mais amplas, “a permissão ou a proibição da segregação”, já que “nenhum mercado ‘privado’ poderia funcionar se o Estado não sancionasse as cláusulas contratuais e administrasse os remédios para a

sua quebra” (Botelho, 2007, p. 36). A burguesia teria então um “duplo poder” sobre o espaço enquanto classe dominante, pois além de deter a propriedade privada da terra, consegue influenciar integralmente o uso do solo pela mediação estatal.

Conclui-se que a “volta ao centro” é um momento de reconcentração do capital, devendo ser compreendida como parte de uma estratégia de reprodução do sistema capitalista e da manutenção do poder de classe que se manifesta espacialmente na cidade por meio da “intensificação do padrão desigual do desenvolvimento geográfico”. Desta forma a expansão da gentrificação articula-se diretamente ao crescimento das desigualdades sociais verificado nas últimas décadas. Sua difusão revelaria um momento onde “as forças que impulsionam a diferenciação e o desenvolvimento desigual” assumem centralidade (Pereira, 2014, p. 313).

Nas formulações teóricas de Smith, a gentrificação não é tomada como simples reflexo de uma determinada conjuntura econômica, mas como um de seus momentos constitutivos, figurando simultaneamente como causa e efeito da primeira (Pereira, 2014, 313).

3.4 FAVELIZAÇÃO

Para o debate a respeito do processo de favelização, entendido no presente estudo como um dos fenômenos que expressam o acirramento da segregação social no capitalismo contemporâneo, será utilizada a obra “Planeta Favela”, do autor Mike Davis, que indica uma tendência da generalização das favelas em âmbito global.

A palavra favela deriva do termo “*slum*”, de origem inglesa, cuja definição publicada pela primeira vez em 1812 correspondia a um sinônimo informal para “estelionato” ou “comércio criminoso”. Ao longo dos anos “*slum*” transformou-se de gíria em um termo utilizado por intelectuais para se referir a locais permeados pela imoralidade e caracterizados por “excesso de população, doença, pobreza e vício”, onde se abrigavam em habitações degradadas um “resíduo social” selvagem e violento, sendo este um fenômeno reconhecido internacionalmente. Em 1894, na primeira pesquisa “científica” sobre cortiços norte-americanos, o “*slum*” ainda era definido como uma área “suja”, principalmente quando seus moradores eram pobres e estigmatizados como criminosos (Davis, 2006, p. 24).

Carregada de moralidade e estigma no transcorrer da história, a definição de favela ainda se mantém conservadora e limitada em sua utilização operacional adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2002, sendo caracterizada

por “excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e condições sanitárias e insegurança da posse da moradia”. Tal descrição se restringe a dimensões legais e físicas do assentamento, o que ignora dimensões sociais importantes que revelariam a segregação social sofrida por seus habitantes, sendo estes locais predominantemente marginalizados social e economicamente (Davis, 2006, p. 24).

Muitas formas de desigualdade presentes no cenário urbano ficam de fora dessa definição e a favela acaba sendo limitada a uma visão de casos extremos de pobreza e informalidade, o que subestima a complexidade e a extensão real do problema. Segundo Davis (2006, p. 25), “nem todos os pobres urbanos moram em favelas e nem todos os favelados são pobres”, havendo em algumas cidades maior número de pessoas empobrecidas fora das favelas, enquadradas nessa definição rígida. Desta forma, além de ser comum o subcálculo “de forma deliberada e às vezes maciça, pelos órgãos públicos” da população residente em favelas, a realidade da pobreza urbana, de forma geral, é ainda mais alarmante.

Na verdade, a favela não é só um conjunto de casas pobres, sem infraestrutura, mas sim um tipo de território urbano produzido pela desigualdade social e pelo acesso desigual à terra na cidade. Nos países periféricos, a escolha de um local para morar pelos indivíduos em condição de pobreza é um processo decisório complexo em meio a possibilidades não ideais, que envolve “otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, a qualidade do abrigo, a distância do trabalho e, por vezes, a própria segurança” (Davis, 2006, p. 27).

Isso faz com que essa população transite entre diferentes formas de habitação, como aluguel, ocupações informais, invasões de terra ou loteamentos irregulares, em busca de uma estabilidade residencial que envolve luta social e por vezes negociação política, em meio a ausência do Estado, a precariedade e a falta de políticas públicas efetivas. Cria-se assim uma ampla diversidade de formas particulares de ocupação e de assentamento no espaço urbano (Davis, 2006, p. 28).

Mike Davis (2006, p. 27) cita alguns modelos de “escolha racional” comum entre as cidades. Uma das possibilidades é permanecer em áreas centrais, mesmo pagando aluguéis elevados, para garantir acesso ao mercado de trabalho, o que muitas vezes leva, mais adiante, à tentativa de obter uma moradia própria em zonas periféricas. Outra alternativa consiste em ocupar habitações informais no centro, geralmente pequenas, degradadas e com baixo ou nenhum custo de aluguel, que

oferecem proximidade ao emprego, mas não asseguram permanência, resultando em deslocamentos frequentes para “terrenos invadidos ou habitações semi-informais”.

Também é comum a instalação em terrenos públicos afastados, onde a moradia é mais barata, porém à custa de longos deslocamentos diários para o trabalho, carência de infraestrutura e abandono estatal, além de riscos ambientais. Por fim, muitos optam por adquirir lotes em parcelamentos semi-regularizados, nos quais a posse é reconhecida, mas as construções não são oficialmente autorizadas. Embora distantes dos polos de emprego, esses espaços proporcionam maior segurança residencial e, por meio de organização coletiva e negociação política, tendem a obter serviços urbanos básicos ao longo do tempo (Davis, 2006, p. 28).

O relatório de 2003 do Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (UM-Habitat) intitulado *The Challenge of Slums* é um reconhecimento científico da “generalização espantosa das favelas” e acompanha as advertências feitas na década de 1990 pelo Banco Mundial de que a pobreza urbana viria a ser o problema político central do capitalismo contemporâneo, com o espaço urbano virando palco de conflitos sociais (Davis, 2006, p. 23). Segundo Davis (2006, p. 31), desde a década de 1970 a maior parcela “do crescimento populacional urbano mundial” foi incorporada por favelas da periferia nas “cidades do Terceiro Mundo”.

De maneira geral, em países periféricos as populações residentes em favelas concentram-se majoritariamente em edificações baixas nas áreas das periferias das cidades que tiveram uma “horizontalização” tão expressiva quanto seu aumento populacional, criando “zonas suburbanas” de tal magnitude que fazem “repensar a *periferalidade*” (Davis, 2006, p. 31). Essas “orlas urbanas” desenvolvem-se principalmente através de assentamentos de invasores e loteamentos clandestinos, ambas dando origem a paisagens urbanas “faveladas” marcadas com “habitações abaixo do padrão”, autoconstruídas e com oferta limitada de infraestrutura urbana (Davis, 2006, p. 31).

Entretanto, há entre elas “diferenças fundamentais”, pois enquanto a invasão envolve “se apossar da terra sem compra nem título de propriedade”, o acesso ao terreno de fato sem custo é raro, pois com frequência esses ocupantes são coagidos a pagar valores significativos sob a forma de propina a agentes políticos, grupos criminosos ou forças policiais, o que pode se estabelecer por longos períodos através de “aluguéis informais”, em dinheiro ou em apoio político. Há ainda o custo que advém

da moradia em um local “sem serviços públicos e longe do centro urbano”, o que funciona como uma punição espacial aos pobres (Davis, 2006, p. 31).

A invasão visa tradicionalmente a ocupação de “terra pública não construída ou a áreas de um único grande proprietário”, podendo estar envolta por uma violência direta e tornar-se um ato de resistência por depender da solidariedade pública ao mesmo tempo em que está sujeito a força repressora do Estado. Em muitos casos os ocupantes, diante da ação policial, sofrem com ataques frequentes ao assentamento, precisando construí-lo e reconstruí-lo até uma decisão governamental (Davis, 2006, p. 32).

Outro tipo de ocupação pode ocorrer silenciosamente com uma “infiltração em pequena escala e sem confrontos em terrenos marginais ou intersticiais”, com os assentados buscando expandir gradualmente seus direitos e o “espaço de sobrevivência”. Em todos os casos as terras urbanas invadidas possuem pouco valor, sendo espaços marginalizados, nos quais os direitos de propriedade permanecem pouco acionados e por vezes em situação de risco, “como planícies sujeitas a cheias, encostas, pântanos ou antigas instalações industriais poluídas” (Davis, 2006, p. 32).

A “orla urbana”, faixa de transição entre a área urbana e o espaço rural, é uma “zona de impacto social” onde “a força centrífuga da cidade colide com a implosão do campo”, promovendo o encontro de pessoas em êxodo rural e de um “lixo humano” que é despejado das cidades, junto com imigrantes e refugiados internacionais, varridos para a periferia. Ser um depósito de “lixo humano” é, segundo Davis (2006, p. 35), “a principal função da orla urbana do Terceiro Mundo”, abrigando uma massa “paupérrima e totalmente ignorada pelo Estado” em condições ainda piores de infraestrutura, acesso a recursos e serviços.

Além disso, as fronteiras periurbanas são locais onde “indústrias poluidoras, tóxicas e muitas vezes ilegais” buscam atuar sem o incômodo da lei e da vigilância pública e onde, na América Latina, há cada vez mais recrutamento de moradores por contratantes em busca de mão de obra barata para trabalho temporário ou sazonal no campo (Davis, 2006, p. 36).

A expansão periférica das favelas não é, portanto, apenas decorrente do crescimento urbano, mas uma forma espacial da segregação social, sendo os pobres sistematicamente excluídos do solo urbano valorizado e forçados a produzir, por meios informais e precários, seus próprios territórios de sobrevivência. Apesar de fazerem parte da cidade, essas pessoas não usufruem dela, havendo privação de

recursos básicos, como água, esgoto e equipamentos, dificuldade de mobilidade urbana para trabalho e acesso a serviços, além de estarem sujeitos à violência do Estado, como remoções, demolições, repressão.

Apesar disso, segundo Corrêa (1995), as favelas podem também ser consideradas um espaço de luta pelo direito à cidade. É na produção das favelas, em terrenos públicos ou privados ocupados, que os “grupos sociais excluídos” tornam-se efetivamente agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito dos outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência (Corrêa, 1995, p. 30).

Quando ocorre a urbanização gradual de uma favela, transformando-a em bairro popular, tal processo decorre da iniciativa dos próprios residentes, que ao longo do tempo aprimoram suas moradias e passam a desenvolver diferentes atividades econômicas. A organização dos moradores em associações para reivindicar a instalação de infraestrutura no local pode mobilizar a atenção interventiva do Estado. Este pode agir também diante de interesses eleitorais. No entanto, essa urbanização gera um aumento do valor do espaço que pode culminar com a saída de parte da população original e a entrada de novos moradores (Corrêa, 1995, p. 31).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho permitiu compreender que ao ser incorporado como meio e condição de valorização do capital, o espaço urbano passa a ser organizado prioritariamente segundo o valor de troca, subordinando o seu valor de uso. Isso confere à cidade um papel central na reprodução de desigualdades sociais. A cidade capitalista é estruturada de maneira desigual, com a concentração de investimentos, infraestrutura e equipamentos urbanos em determinadas áreas, enquanto outras permanecem historicamente precarizadas. Essa organização espacial reflete e reforça as desigualdades sociais, condicionando as possibilidades de acesso à terra, à moradia, ao trabalho, aos serviços públicos e à própria vivência da cidade.

A segregação socioespacial, nesse sentido, manifesta-se como resultado da forma como o espaço é organizado, apropriado e distribuído entre as diferentes classes sociais, sob a mediação do Estado e do mercado. Ela é um elemento estrutural da produção capitalista do espaço urbano, intensificada e generalizada com a expansão desse modo de produção, que se expressa tanto na fragmentação física do território quanto na separação social, produzindo a exclusão sistemática da classe trabalhadora dos espaços mais bem equipados e valorizados.

Os fenômenos da favelização, da periferização e da gentrificação, analisados neste estudo, devem ser compreendidos como expressões históricas e contemporâneas desse processo de segregação socioespacial.

As intervenções urbanas voltadas à higienização das cidades buscaram adequá-las às demandas burguesas, substituindo áreas consideradas insalubres por bairros aburguesados e promovendo o deslocamento das populações pobres para a periferia, intensificando a segregação socioespacial. Como os investimentos públicos e privados e a concentração de serviços acompanham a presença de uma população com maior nível econômico, nos bairros habitados por populações de maior poder aquisitivo, observa-se privilégios historicamente consolidados no acesso à infraestrutura e aos equipamentos públicos de consumo coletivo. Nesse sentido, a periferização assume sentidos distintos quando ocorre em bairros ricos ou pobres, embora em ambos os casos envolva a expansão da cidade para áreas distantes do centro, pois as condições sociais e os efeitos produzidos sobre os habitantes e o acesso a vida urbana se diferem. Mesmo quando localizados em áreas periféricas,

bairros ricos são produzidos de forma planejada e valorizada, não estando associados à precariedade, mas à distinção socioespacial e à reprodução do capital imobiliário.

A favelização configura uma expressão espacial da segregação social na medida em que as populações de baixa renda, sendo sistematicamente afastadas das áreas urbanas valorizadas, são compelidas a construir de forma informal e precária seus próprios espaços de reprodução da vida e não acessam plenamente a cidade, enfrentando a carência de serviços essenciais, como abastecimento de água, saneamento e equipamentos públicos, dificuldades de deslocamento para o trabalho e para o acesso a serviços, além da recorrente exposição à violência institucional, expressa em práticas de remoção, repressão e abandono do Estado, que não intervém com políticas públicas efetivas.

Já a gentrificação redefine o uso e o significado social do espaço urbano, transformando áreas anteriormente desvalorizadas e ocupadas por uma população pobre em territórios voltados ao consumo e à circulação de grupos socialmente privilegiados. Mesmo quando não ocorre remoção formal, esse processo promove o deslocamento dos antigos moradores por meio do encarecimento dos serviços, da mudança no perfil comercial e da pressão do mercado imobiliário, configurando uma forma eficaz de segregação social. A gentrificação reorganiza o espaço urbano de acordo com a necessidade de investimento do capital, aprofundando as desigualdades no acesso à cidade e reforçando hierarquias espaciais, sendo as classes populares sempre direcionadas a locais precarizados.

Esses fenômenos, embora distintos, articulam-se e compõem uma dinâmica de segregação socioespacial que se atualiza conforme as transformações do capitalismo e de suas estratégias de acumulação. No cenário contemporâneo, marcado pela financeirização e pela intensificação da mercantilização do espaço urbano, observa-se uma tendência de aprofundamento dessas desigualdades, bem como a emergência de novas formas de organização e fragmentação do espaço urbano. Assim, a segregação socioespacial deve ser compreendida como um processo estrutural que assume diferentes expressões ao longo do tempo, sendo o entendimento dessas dinâmicas essencial para a análise crítica da cidade contemporânea, as desigualdades urbanas e suas implicações para a reprodução da vida social das classes trabalhadoras.

O Estado possui um conjunto de instrumentos com possibilidade de intervenção no espaço urbano e em sua dinâmica. Como afirma Corrêa (1995, p. 26), a ação do

Estado não é neutra, mas “marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles”, sendo voltada essencialmente para “criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista”. Com isso, os mecanismos utilizados pelo Estado levam a um “desempenho espacialmente desigual enquanto provedor de serviços públicos” (Corrêa, 1995, p. 24) e reforçador da segregação espacial, o que o torna alvo de movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, I. F.; GUIMARÃES, M. C. R. Questão agrária e urbana no Brasil contemporâneo. In: MEDEIROS, E.; NOGUEIRA, L.; BEZERRA, L. (Orgs). **Formação social e serviço social: a realidade brasileira em debate**. São Paulo: Outras Expressões, 2019. p. 103–121.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

CARDOSO, R. L. **Capital e Espaço: Aproximações analíticas entre o «modelo Haussmann» e o planejamento estratégico da cidade**. VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais. Universidade de Coimbra. Coimbra 2004.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FURTADO, C. R. Intervenção do Estado e (re)estruturação urbana. Um estudo sobre gentrificação. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 341-363, nov 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3203>>. Acesso em 01/11/2025

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5º ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo SP: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, A. L. S. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 16, n. 32, pp. 307-328, nov 2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3201>>. Acesso em 27/10/25

RODRIGUES, Andréia de Souza Ribeiro. **A produção do espaço urbano de Juiz de Fora/MG: dinâmicas imobiliárias e novas centralidades**. 2013. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013.

SPOSITO, M. E. B. (org.). **Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do estado de São Paulo**, Brasil. In: Investigaciones Geográficas. México. 54, 2004, p. 114-139. Disponível em: < https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112004000200008&lng=es&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 27/10/25